



Encontro Internacional sobre Gestão
Empresarial e Meio Ambiente

ISSN: 2359-1048
Dezembro 2016

A produção científica do Encontro Internacional sobre Gestão Empresarial e Meio Ambiente (ENGEMA) sobre "Sustentabilidade e Políticas Públicas" nas edições de 2010 a 2015: uma revisão da literatura.

JORGE ALFREDO CERQUEIRA STREIT
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
jorgealfredocs@hotmail.com

PATRICIA GUARNIERI
patguarnieri@gmail.com

RICARDO CORRÊA GOMES
rgomes@unb.br

A produção científica do Encontro Internacional sobre Gestão Empresarial e Meio Ambiente (ENGEMA) sobre "Sustentabilidade e Políticas Públicas" nas edições de 2010 a 2015: uma revisão da literatura

Resumo

Nas últimas décadas, por meio de políticas públicas, o Brasil tem buscado aperfeiçoar e criar instrumentos visando seguir uma tendência mundial: a Sustentabilidade. O tema tem mostrado relevância crescente nas agendas governamentais, nas pautas de reuniões empresariais e nos eventos científicos. Empresa e sociedade, principalmente, passam por mudanças de comportamento que decorrem da ação ou da inação destas políticas públicas. Por isso, faz-se importante conhecê-las. O objetivo deste artigo foi analisar estudos científicos sobre "Sustentabilidade e Políticas Públicas" que foram aprovados e publicados nos anais do Encontro Internacional sobre Gestão Empresarial e Meio Ambiente (ENGEMA) em suas últimas cinco edições (2010 a 2015). Este trabalho possui natureza qualitativa, características descritivas e exploratórias e utilizou-se revisão de literatura sistemática como técnica, seguindo o protocolo de Cronin, Ryan e Coughlan (2008). Descobriu-se que a lei federal 12.305/10, responsável por sancionar a Política Nacional de Resíduos Sólidos, foi a política pública mais pesquisada neste período. Descobriram-se também os assuntos-chave trabalhados, os autores e as instituições que mais produziram, bem como as características metodológicas destes trabalhos. Conclui-se que os trabalhos enviados ao ENGEMA contemplam a diversidade socioeconômica brasileira por tratar de políticas públicas de diversas regiões e em diferentes fases de implementação.

Palavras-chave: Sustentabilidade – Políticas Públicas – Revisão Sistemática da Literatura

Abstract

In recent decades, through public policies, Brazil has sought to improve and develop tools in order to follow a global trend: Sustainability. The theme has shown increasing importance on government agendas, the agendas of business meetings and scientific events. Companies and society, mainly, undergo behavioral changes resulting from the action or inaction of these public policies. Therefore, it is important to know them. The aim of this study was to analyze scientific studies on "Sustainability and Public Policy" that have been approved and published in the proceedings of the International Conference on Business and the Environment (ENGEMA) in his last five editions (2010-2015). This work has qualitative, descriptive and exploratory characteristics and used systematic literature review as technique, following the protocol Cronin, Ryan and Coughlan (2008). It turned out that the Federal Law 12.305/10, responsible for sanctioning the National Solid Waste Policy, was the public policy most researched this period. They also found the key issues worked, authors and institutions that produced more and the methodological characteristics of these works. It is concluded that the work sent to ENGEMA include the Brazilian socioeconomic diversity by dealing with public policies in different regions and in different stages of implementation.

Keywords: Sustainability - Public Policy - Systematic Literature Review

1. Introdução

“A promoção do bem comum”, considerada como principal justificativa para a existência do Estado, passa por adaptações de acordo com a evolução histórica da sociedade. Cabe às políticas públicas a tarefa de concentrar esforços para executar ações que visem atender estas necessidades sociais em constante mutação. Afinal, a literatura evidencia que dentre as principais finalidades da implementação de políticas públicas está o fomento ao desenvolvimento visando a melhora da qualidade de vida das pessoas (MATIAS-PEREIRA, 2008) e (PALUDO, 2015).

O Século XXI trouxe enormes desafios aos países desenvolvidos e em desenvolvimento para garantir da qualidade de vida das pessoas. Na opinião de Abramovay (2012) os problemas sociais, ambientais e econômicos que se estabeleceram exigem muito mais do que inovação tecnológica para a tratativa e esta, tem sido o investimento da maioria dos países. Para o devido tratamento faz-se necessário, primeiramente, regulamentar um bem público. Em seguida, jurisdicionarizar o tema em questão, tendo em vista as evoluções do mercado e as práticas instintivas da sociedade em evitar sanções oriundas das normas legais (ELTZ, 2013). Atualmente, eventos científicos e encontros sobre gestão têm preenchido suas pautas com discussões sobre o uso de políticas públicas como estratégia aplicável para a promoção do bem comum. Na Faculdade de Administração da Universidade de São Paulo (FEA-USP), por exemplo, todos os anos encontram-se empresários e acadêmicos para debater a administração de empresas (pública ou privada) e sua relação com o meio ambiente, além de compartilhar o que há de mais recente na produção acadêmica nacional. O problema que motivou a realização da presente pesquisa foi: “Quais artigos foram discutidos nas mais recentes edições do Encontro Nacional de Gestão e Meio Ambiente (ENGEMA) que unem os temas ‘Políticas Públicas’ e ‘Sustentabilidade’?”.

Por se tratar de uma análise de trabalhos que podem ser replicados em outras políticas públicas ou em outras regiões, dos resultados desta pesquisa, poderão usufruir: pesquisadores, gestores públicos e comunidade em geral. Sendo um tema de grande amplitude, “Sustentabilidade e Políticas Públicas”, abordam diversos assuntos da Gestão Pública. Assim, a justificativa para a escolha do tema vem da recente e importância crescente de se adequar políticas públicas para a promoção do desenvolvimento sustentável.

Para sanar o problema de pesquisa, realizou-se um estudo de natureza qualitativa, aplicada, descritiva e exploratória cuja técnica para coleta de dados foi a revisão sistemática. A amostra trabalhada foi de 155 artigos recolhidos nos Anais do ENGEMA e a apresentação dos resultados foi dividida em sete categorias que descrevem as características dos trabalhos publicados.

A pesquisa identificou, portanto, que a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei 12.305/10) foi a política pública que por mais vezes foi relacionada com Sustentabilidade sendo que a maioria dos artigos não focou o tratamento em nenhuma dimensão da Sustentabilidade, tratando o tema de forma integrada. Dentro da limitação amostral, Amarilis Lucia Figueiredo Gallardo foi a pesquisadora mais profícua e a UNINOVE a instituição de ensino superior que mais publicou estudos. Estudos estes, em sua maioria empíricos, qualitativos, que levantaram dados primários e secundários, geralmente coletados por meio de análises documentais e entrevistas. Diferentes subtemas foram debatidos, sendo que os principais foram: resíduos sólidos, recursos hídricos, mudança climática/qualidade do ar e desenvolvimento local/rural.

2. Revisão da literatura

2.1 O equilíbrio dinâmico da Sustentabilidade

Durante muito tempo, empresas focaram suas estratégias para o aumento dos resultados financeiros. Entretanto, diante da evolução científica no estudo de diversas catástrofes (naturais e artificiais), aumentou a exigência por parte dos *stakeholders* externos (principalmente Governo e sociedade) pela responsabilização das empresas sobre os impactos socioambientais que causam ao realizar suas atividades. Nesse contexto é que surgiu o conceito do *triple bottom line*, também conhecido como 3P's (*People, Planet, Profit*) ou o tripé da Sustentabilidade (DIAS, 2011).

Este modelo proposto por Elkington (2012) é composto pelos aspectos econômico, social, ambiental. Do ponto de vista econômico, afirma que as empresas devem ser economicamente viáveis, cumprindo seu papel na sociedade, também com relação à rentabilidade. A dimensão social revela a preocupação com os impactos nas comunidades, por exemplo, ao empenhar-se para que seus colaboradores gozem de boas condições de trabalho, salário e contemple a diversidade cultural existente na região. A dimensão ambiental diz respeito ao uso de recursos naturais e como suas atividades podem impactar o meio ambiente. Uma empresa que busca a ecoeficiência dos seus processos produtivos, controlando a emissão atmosférica ou destinação de resíduos sólidos, exemplifica uma empresa com uma postura de responsabilidade ambiental adequada.

Esta mudança na conscientização dos gestores empresariais em prol da Sustentabilidade tem ocorrido como um processo motivado pela pressão da sociedade que clama por empresas que degradem menos o meio ambiente e a sociedade. Até mesmo a saúde e a moral dos colaboradores é positivamente alterada quando as empresas tornam seus processos mais eficientes quanto ao consumo de recursos ou geração de resíduos.

A Sustentabilidade vem, portanto, do equilíbrio dinâmico entre estes três pilares e o contrário também é real: a intransigência ou omissão a um deles leva ao desequilíbrio e inevitavelmente, à insustentabilidade. Sindicatos, organizações não governamentais e mesmo os agentes comunitários são ativos e dedicados na busca por problemas e incoerências sociais ou ambientais por parte das empresas. Muitas organizações almejam que suas marcas sejam ligadas ao adjetivo “sustentável”, mas segundo Barbieri et al (2010), primeiramente estas empresas devem levantar questionamentos capazes de trazer um real diagnóstico da interação existente entre empresa, meio ambiente e sociedade.

Nessa tentativa de adequar-se às práticas sustentáveis, as empresas têm que levar em consideração, primeiramente a legislação ambiental do local onde ela está instalada. Por mais que normalmente os municípios careçam de uma fiscalização ambiental e social eficiente, não podem ser relevadas a atuação de outros agentes (DIAS, 2011). O governo faz parte dessa mudança e se vê rodeado por cidadãos cada vez mais conscientes de que integram uma Federação regida por uma Constituição e por isso passam a cobrar a formulação e a fiscalizar o cumprimento da execução de políticas públicas que estejam ligadas à temáticas de cunho ambiental ou social.

A sustentabilidade faz parte de uma mudança estrutural mundial que acarretou em um aumento da preocupação com cada um dos pilares e trouxe contribuições e responsabilidades aos diversos setores da sociedade (VEIGA, 2006). A crescente participação popular torna imperativa a ação do Poder Público que tem reagido com a formulação de políticas públicas alinhadas com esta realidade contemporânea. Portanto, o papel das organizações está mudando, ainda que lentamente, mas com um rumo definido às práticas que visem o atingimento do equilíbrio dinâmico da Sustentabilidade.

2.2 Políticas Públicas

Diversos aspectos, no mundo contemporâneo, envolvem uma crescente demanda dos cidadãos por serviços públicos de qualidade. Ao se organizar politicamente, o povo estabelece seu instrumento de poder, o Estado. O Estado, de maneira sucinta, é o espaço natural de desenvolvimento de poder político e existe, sobretudo, para realizar o bem-comum (MATIAS-PEREIRA, 2008).

Para o cumprimento deste complexo propósito, surgem as políticas públicas. Estudar políticas públicas é fundamental para entender a ação do Estado, como ele usa o poder, o que faz ou deixa de fazer e principalmente, como impacta no meio ambiente, na sociedade e no desenvolvimento econômico. O entendimento do que são políticas públicas passa pela compreensão dos meios de ação, dos recursos e das competências que a esfera governamental aplicará para a resolução de um determinado problema social (PALUDO, 2015).

Na literatura, não há um consenso do conceito de políticas públicas, conforme evidencia Secchi (2013) e Paludo (2015). Entretanto, os autores afirmam que a intencionalidade pública e o tratamento de um problema entendido como coletivamente relevante são os pontos de partida e as razões para o estabelecimento de uma política pública. Podem ser entendidas como uma espécie de guia que deve ser elaborado para a tomada de decisões presentes e futuras. Este guia deve conter normas regulamentadoras, reunir agentes públicos e privados, ter público-alvo e objetivos bem definidos que atendam uma demanda social.

Para facilitar o entendimento do que são políticas públicas, Secchi (2013) faz uma alusão fantasiosa comparando políticas públicas a almas que necessitam de um corpo para tomar vida. Por isso, tomam forma de programas públicos, projetos, leis, campanhas publicitárias, esclarecimentos públicos, entre outros. O mesmo autor traz exemplos de operacionalizações de políticas públicas em diversas áreas e com relação ao meio ambiente e saneamento são citadas a Lei 12.305/10 que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) e os mecanismos de desenvolvimento limpo (MDL) criado pelas Organizações das Nações Unidas (ONU) como instrumento de redução de gases causadores de efeito estufa.

Para que ações, de fato, atendam aos interesses do povo elas precisam ter surgido do povo. Este processo pré-decisório para que sejam levantados quais temas irão se tornar políticas públicas é chamado de formação de agenda governamental, segundo Paludo (2015). Este mesmo autor define este momento em que há o delineamento da situação problema como o momento zero para o processo/ciclo de políticas públicas. A partir daí, as fases de uma política pública segue o elaborado pela ENAP (Escola Nacional de Administração Pública) que Paludo (2015) resume como: Predefinição do problema; Formação da Agenda; Elaboração; Formulação; Implementação; Execução; Acompanhamento e Avaliação.

Paludo (2015) deixa claro que esta visão reflete apenas a estrutura, uma sequência lógica de passos racionais tendo em vista que a realidade subjetiva é bem mais complexa que este processo que seguem as políticas públicas. Alguns critérios, portanto, devem ter base na racionalidade, porém, as prioridades são decididas de forma política de acordo com os grupos que estão no Poder. Cabe ao cidadão, que possui capacidade direta de influenciar políticos e seus partidos, envolver-se no acompanhamento de cada uma das fases descritas para a política pública que lhe convir (MONTEIRO, 2007).

Políticas Públicas e Sustentabilidade, portanto, são temas que precisam andar cada vez mais próximos, seja na construção intelectual das universidades ou na *praxis* cotidiana das empresas privadas e das instituições governamentais. Estas políticas, resultantes de decisões públicas (não apenas ao que interessa o Governo), devem integrar esforços para atender as demandas sociais que atualmente, clama por Sustentabilidade. Políticas Públicas fortalecem a existência da Sustentabilidade à medida que realizam ações que contribuam à integridade ambiental e à equidade social com a devida viabilidade econômica.

3. Metodologia da pesquisa

3.1 Classificação geral e etapas para desenvolvimento da pesquisa: uma revisão sistemática

A pesquisa aqui apresentada foi classificada como aplicada, pois de acordo com Silva e Menezes (2001) gera conhecimentos para uma aplicação prática e dirige à solução de um problema específico. Quanto à maneira de abordar o problema, classifica-se como qualitativa tendo em vista que houve interpretação dos fenômenos por parte dos pesquisadores, sem a necessidade de utilizar de técnicas estatísticas (SILVA E MENEZES, 2001).

Do ponto de vista dos procedimentos técnicos, trata-se de uma revisão de literatura. Com relação aos objetivos, foi uma investigação exploratória tendo em vista que envolve levantamento bibliográfico para que os pesquisadores se familiarizem com o tema além de descritiva, pois procurou descrever um fenômeno com base em variáveis estabelecidas previamente (GIL, 1991).

Com o intuito de identificar os principais assuntos debatidos na área temática de Sustentabilidade e Políticas Públicas nas edições de 2010 a 2015 do ENGEMA, utilizou-se o procedimento técnico da revisão da literatura. Segundo Cronin, Ryan e Coughlan (2008) existem dois tipos de revisão da literatura, classificadas em revisão narrativa/tradicional ou revisão sistemática da literatura. A revisão narrativa ou tradicional sintetiza os principais resultados dos artigos levantados, porém não evidencia quais critérios foram utilizados para selecionar as fontes. A revisão sistemática, método escolhido para este trabalho, segue etapas pré-definidas para a realização da revisão e serão apresentadas ao leitor da pesquisa.

De-la-Torre-Ugarte-Guanilo *et al.* (2011), focam sua pesquisa na área da saúde, entretanto, trazem importantes contribuições metodológicas, por exemplo, ao definir o que é revisão sistemática. Segundo os autores, trata-se de uma metodologia que auxilia a identificar os estudos sobre um tema específico. Com a aplicação de métodos explícitos e sistematizados, avaliam-se estes estudos buscando evidências científicas, além de permitir que estas pesquisas sejam replicadas devido aos critérios de inclusão e exclusão de artigos serem muito bem definidos. Cabe ressaltar que evidências científicas, devem atender critérios de viabilidade, adequação, significância e eficácia. (DE-LA-TORRE-UGARTE-GUANILO *et al.* 2011).

O objetivo desta pesquisa não é mensurar nem criar / dos artigos que possuem maior viabilidade, são mais adequados, significativos ou eficazes. Procurou-se fazer análises mais amplas das temáticas abordadas, a fim de descobrir quais temas têm sido mais discutido por estes profissionais, nos últimos anos. Além do tema, descobriram-se quais autores foram mais profícuos sobre o tema, quais são as instituições de ensino que os autores estão ligados e qual dimensão da Sustentabilidade foi trabalhada com mais foco.

Também faz parte do escopo da presente pesquisa, analisar a natureza destas pesquisas levantadas, bem como entender qual o método preferido para a coleta de dados. A origem dos dados e o seu conteúdo também foram observados. Por isso, para a presente pesquisa a revisão sistemática foi o método escolhido, tendo em vista que são evidenciadas as técnicas de coleta de dados.

Com relação a outros artigos de revisão de literatura, publicados no próprio ENGEMA, destacam-se Amaral, Machado e Quintana (2011), Santos *et al* (2011) e Cardoso, Vasconcellos e Pontes (2012). Amaral, Machado e Quintana (2011) exploraram a produção científica sobre Gestão Ambiental nos periódicos de Administração e Contabilidade com *WebQualis* classificados de B1 a B4, entre 2001 e 2011. Foram encontrados 18 estudos, em sua maioria exploratórios, qualitativos, bibliográficos cujo levantamento foi por análise documental. A maioria dos trabalhos analisados tratam sobre “desempenho socioambiental”, “investimento socioambiental” e “sistemas de gestão ambiental”.

Santos *et al* (2011) realizaram a bibliometria em dois eventos científicos o SEMEAD (Seminários em Administração) e o SIMPOI (Simpósio de Administração da Produção,

Logística e Operações Internacionais), com o espaço temporal de cinco anos (entre 2005 e 2010). Esta investigação teórica teve por foco a logística reversa. Depois de selecionados 40 artigos, os autores buscaram verificar se as empresas ao adotarem a logística reversa obtém vantagem competitiva em relação às outras. Constataram que sim, “redução de custos”, “melhoria dos processos e imagem corporativa” são os fatores que motivam às empresas adotarem a logística reversa como um instrumento para obter vantagem competitiva.

Em uma pesquisa mais ampla (pelo menos em número de artigos), está o trabalho de Cardoso, Vasconcellos e Pontes (2012). A pesquisa consistiu em analisar a produção científica sobre Sustentabilidade e diante do recorte dado, a amostra reuniu 103 artigos. A aplicação desta varredura bibliográfica abrangeu oito edições do Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração (EnAnpad) e na Revista de Gestão Social e Ambiental em igual período (2003 a 2010). A maioria dos artigos têm dois ou três coautores e as dimensões da sustentabilidade mais contempladas na pesquisa foram ambiental e social sendo que as bases mais citadas no referencial teórico dos artigos analisados foram as do Instituto Ethos e do *Global Reporting Initiative* (GRI).

No presente artigo, convencionou-se utilizar o protocolo proposto por Cronin, Ryan e Coughlan (2008), cujas etapas são citadas a seguir e possibilitam que a pesquisa apresente maior rigidez e confiabilidade metodológica:

1) Definição da questão da pesquisa: Nas últimas cinco edições do ENGEMA, quais foram os principais assuntos abordados, qual dimensão da Sustentabilidade o foco foi dado, quais autores e quais instituições produziram mais e qual metodologia foi utilizada nos trabalhos que envolviam Sustentabilidade e Políticas Públicas?

2) Definição do conjunto de critérios de inclusão e exclusão: Primeiramente, foi buscado o termo “política pública”, no título, resumo e palavras-chave dos artigos do encontro (que necessariamente abordam alguma dimensão da Sustentabilidade). Cientes de que existem sinônimos e que nem sempre o termo “política pública” é o utilizado, os pesquisadores abriram cada arquivo com o artigo e foram segregados àqueles que continham o setor Público de alguma forma, mencionado. Por exemplo, quando se tratava de algum estudo de caso aplicado a um município, o pesquisador buscou no artigo se havia a análise de alguma campanha/projeto social ou ambiental, caso houvesse, esta campanha foi considerada uma política pública (implementação de coleta seletiva, programa de uso racional da água, programas de preservação de rios e córregos, entre outros).

Dentre os artigos selecionados, estão os que possuíam referenciais claros e recorrentes à lei ambientais municipais, estaduais ou federais - como a Política Nacional de “Meio Ambiente”, “Recursos Hídricos”, “Resíduos Sólidos” ou “Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza” - e em suas análises possuíam foco no setor público e não em empresas privadas. Também foram incluídos trabalhos que analisavam questões sociais ou ambientais para “compras públicas” e também na verificação de como alguns municípios estão (ou não) adequando sua gestão à Sustentabilidade (foi construído este tipo de relatório para Campina Grande-PB, Londrina-PR e Porto Velho-RO).

Foram incluídos também investigações quanto à aderência de alguma organização à Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) tendo em vista que estas orientações visam alinhar os entes da administração pública as novas práticas que favoreçam o desenvolvimento sustentável. Ainda como critério de inclusão, trabalhos que buscavam compreender o modelo de parceria do Governo com os diversos atores (empresas, sociedade civil ou organizações não governamentais), pois o pesquisador entende que políticas públicas são necessárias para que a parceria exista verdadeiramente e contribua para o desenvolvimento local sustentável.

Foram excluídos por estarem fora do escopo da presente pesquisa, artigos que analisavam questões técnicas da Sustentabilidade, como melhoria no processo da reciclagem ou mesmo inovações processuais. “Destinação de embalagens vazias de agrotóxicos”, por exemplo, trata da Política Nacional de Resíduos Sólidos, mas não possui um foco do Setor Público, portanto, foi descartado da amostra desta pesquisa. Artigos sobre estratégia empresarial, que não tivessem ligações claras e diretas com o poder público também foram excluídos deste levantamento.

Diversos trabalhos investigavam a percepção de alunos de (ensino médio ou superior) com relação às questões socioambientais (educação ambiental), estas pesquisas não foram incluídas. Assim como estudos relacionados à percepção e hábitos do consumidor de um produto, projeto, de campanhas de responsabilidade social. Ainda sobre os critérios de exclusão, artigos que abordavam “Contabilidade Ambiental”, “Indicadores de Sustentabilidade”, “valoração ambiental” (a não ser licitação e compras públicas), foram excluídas da amostra da presente pesquisa, pois os pesquisadores consideram que estas, precisam de respaldo em políticas públicas.

Apesar de ser tema recorrente nas publicações do ENGEMA, Artigos que foram desenvolvidos sobre Sistemas gerenciais nos padrões ISO, seja da família NBR ISO 9000 ou 14000 não compuseram o foco desta investigação. Bem como estudos de casos que ilustravam o uso de fontes alternativas de energia, como Eólica, solar ou fotovoltaica. Por fim, também foram excluídos trabalhos que buscavam práticas socioambientais ou de governança corporativa em empresas que possuem capital aberto, como as listadas na BM&FBOVESPA.

3) Seleção e acesso da literatura: A localização dos artigos ocorreu por meio da busca no *website* do ENGEMA, na aba “edições anteriores”. Conforme afirmado anteriormente, nos anos em que não possuía a área temática “Políticas Públicas e Sustentabilidade”, ou uma ferramenta de busca online, arquivos foram analisados individualmente com o intuito de averiguar quais relacionavam as duas temáticas em questão. No total, foram levantados 155 artigos, dentro do espaço temporal de 2010 a 2015.

4) Avaliação da qualidade da literatura incluída na revisão: Após selecionados, os artigos foram organizados em planilha com o intuito de investigar suas semelhanças e diferenças. As variáveis escolhidas para análise foram: a) quantidade de trabalhos por edição autores; b) Assuntos-chave abordado; c) Qual dimensão da sustentabilidade foi dado foco; d) assuntos-chave abordado; d) Qual a Política Pública estava correlacionada com Sustentabilidade; e) Quantidade de Autores por artigo e quais foram os mais produtivos; f) Quais Instituições de Ensino Superior mais publicaram sobre o tema; g) Metodologia utilizada.

5) Análise, síntese e disseminação dos resultados: Esta fase abrangeu a análise detalhada de cada artigo, necessária para a análise e interpretação dos trabalhos publicados. Dessa forma, foram elaboradas tabelas e gráficos com os principais critérios utilizados, de acordo com as variáveis expostas. Assim, os resultados foram analisados e serão apresentados na próxima seção e também a identificação de lacunas na literatura, possibilitando a continuação da pesquisa.

3.2 Caracterização da base de dados escolhida e procedimento de análise de conteúdo

O desenvolvimento da presente a pesquisa teve como base os anais do Encontro Internacional sobre Gestão Empresarial e Meio Ambiente (ENGEMA), conforme descrito na seção anterior. O ENGEMA é um encontro de profissionais, empresários, gestores públicos e privados que visa discutir questões empresariais relacionadas com o meio ambiente e a sustentabilidade. Entre o meio acadêmico, abre espaço para publicações e apresentações de trabalhos científicos em diversas áreas temáticas, como por exemplo “estratégia para a sustentabilidade”, “inovação Sustentável” e “Sustentabilidade e Políticas Públicas”, esta última, foco da presente pesquisa.

O evento é realizado anualmente na cidade de São Paulo, dentro da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo (FEA-USP). Com base nos anais do ENGEMA, foram encontrados 155 artigos. Foi realizado o *download* dos artigos, os quais foram também arquivados em pastas específicas categorizadas por ano, de acordo com as edições do Congresso da edição nº XII a edição nº XVII, ou seja, de 2010 a 2015. Após esse passo procedeu-se a análise detalhada de cada artigo, com vistas a elaborar os resultados apresentados nas próximas seções.

4. Categorias de Análise

4.1 Quantidade de Trabalhos por edição

Não foi sempre que o eixo temático “Sustentabilidade e Políticas Públicas” esteve presente no ENGEMA. Entretanto, isso não impedia os autores de escrever e submeter artigos que reunisse os temas. Antes da organização do evento especificar este eixo temático os trabalhos sobre Gestão Pública eram enviados para áreas para “Gestão socioambiental em diferentes setores”, “Estratégia Socioambiental” e até mesmo para “Abordagens e técnicas de gestão ambiental”.

Sendo assim, a produção científica alvo desta pesquisa foi encontrada nos Anais desde 2010, por mais que não houvesse um eixo temático específico. A distribuição dos artigos por edição encontra-se relativamente uniforme, sendo os picos de produção nos anos de 2010 e 2015.

No primeiro ano analisado, edição XII no ano de 2010, 38 artigos que tratavam de alguma política pública foram encontrados, o que representou 24,5% da amostra da presente pesquisa. Nesta edição, políticas ligadas à redução dos gases efeito estufa, ou o melhor gerenciamento da água foram analisadas sob a ótica jurídica de leis estaduais e municipais. Além destes, programas e seus impactos de âmbito local foram conhecidos como o “Programa Ecoatitude” no Instituto Florestal de São Paulo ou o “Programa Cidade Limpa” na região dos lagos, Rio de Janeiro (MANSUR, 2010) e (LIMA et al. 2010).

A edição nº XIII do ENGEMA ocorreu em 2011 e neste ano, 24 trabalhos (15,5%) tratavam de alguma política pública com o foco em pelo menos uma dimensão da sustentabilidade. Nesta edição destacam-se os estudos de caso do “Projeto cabra nossa de cada dia” e o “Programa de produção sustentável de palma de óleo”. Ambos abordaram o conceito de sustentabilidade não só fundamentados na teoria, mas sim em uma investigação sobre a compreensão prática diante dos conflituosos interesses políticos atuais. Tanto o primeiro realizado no Ceará quanto o segundo no estado do Pará, concluem suas investigações alertando o leitor da importância do bem estar social para o funcionamento da economia e o convívio com um meio ambiente saudável, ou seja, enfatiza a importância do fator social para a construção de uma sociedade sustentável (SOUSA et al. 2011) e (SOBRINHO, VASCONCELLOS E SOUSA, 2011).

18 trabalhos científicos sobre “Sustentabilidade e Políticas Públicas” foram enviados ao ENGEMA em 2012 (11,5% da amostra). A partir desta edição (XIV), percebe-se um volumoso aumento nos trabalhos que citam a Lei 12.305, sancionada em 2010. Em 2010 ou 2011 (antes ou logo depois da sanção desta lei federal), o tema “Resíduos Sólidos” era majoritariamente visto do ponto de vista ambiental e a partir de 2012 percebeu-se um alinhamento com a dimensão econômica e social. Tanto a análise documental realizada por May, Aligleri e Dalmas (2012) que recolheu dados secundários no Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos da cidade de Londrina-PR quanto o estudo de caso que coletou dados primários sobre a coleta seletiva na cidade de Jaboticabal-SP, demonstrado em Piza e Taguchi (2012), evidenciam essa tendência de tratar o tema “resíduos sólidos” de uma forma mais sistêmica, desde a sanção da Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Na edição de nº XV foram levantados 23 artigos para compor a amostra desta pesquisa, o que representou 14,8% dos 155 artigos analisados. Neste ano (2013) destacam-se os trabalhos que

analisaram políticas públicas de educação e consumo energético. O estudo teórico realizado por Falleiro, Andrade e Gastaldini (2013) constatou que o MDL (Mecanismo de Desenvolvimento Limpo) tem se mostrado uma importante ferramenta na tentativa de frear as emissões de gases do efeito estufa (GEE) no Brasil e graças às políticas públicas, o país está entre os que possuem maior número de projetos no mundo. Além disso, constatou que é na região nordeste onde se concentra os projetos eólicos brasileiros. Outro relevante estudo publicado nos anais da edição XV está o de Silva e Lira (2013). Estas autoras analisam o projeto de educação ambiental chamado de “Conta Cidadã”, projeto este que se mostrou de grande validade na disseminação da importância do cuidado com o meio ambiente para a população de Campina Grande-PB.

A edição de 2014 (XVI) contribuiu com 14,3% da amostra desta pesquisa, com 22 artigos que estreitavam a Sustentabilidade com alguma política pública. Entre esses, ressaltam-se as investigações realizadas por Silva e Oliveira (2012) e Fontenelle, Oliveira e Moura (2012). Ambas trataram do tema “Avaliação de políticas públicas”. Silva e Oliveira (2012) direcionou seu estudo quali-quantitativo para a agricultura familiar e alimentação escolar em quatro municípios de Minas Gerais enquanto Fontenelle, Oliveira e Moura (2012) analisou a evolução do Índice Bruto de Desenvolvimento (IBD) antes e depois do projeto açude Castanhão, no Ceará. Os dois estudos concluem que apesar destas políticas públicas carecem de melhorias em sua gestão, foram essenciais para minimizar os problemas sociais e ambientais (como a pobreza e a seca).

A última edição do ENGEMA (XVII), realizada em 2015, contou com 30 artigos que somaram à amostra desta pesquisa (19,4%). Exatamente a metade (15 artigos) trataram sobre a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), sancionada pela Lei Federal 12.305/10. Cada artigo especificou em uma localidade diferente e percebe-se que os municípios não necessariamente estão no mesmo estágio de adequação à Lei da PNRS. Trajano et al. (2015) investigou a fase de elaboração do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos na cidade de Campina Grande-PB. Com relação à fase de implementação, Aleixo et al. (2015) realizou um estudo exploratório em Cacoal-RO. No estado de São Paulo, também sobre a fase de implementação, Santos (2015) e Guardabassio et al. (2015) trazem estudos qualitativos. O primeiro aplicado no município de Jaú-SP e o segundo foca nos resíduos de construção civil na cidade de Mauá-SP. Não foram observados artigos que tratam da fase de acompanhamento ou de avaliação das políticas públicas sobre resíduos sólidos após a sanção da Lei 12.305/10.

4.2 Assuntos-chave abordados

“Resíduos Sólidos” foi a temática mais abordada nesse eixo temático nas edições do ENGEMA que foram analisadas. Ao todo, 39 dos 155 artigos analisados tratavam deste tema, o que representou um quarto da amostra (25,10%). “Recursos Hídricos”, “Mudança Climática/Qualidade do ar” e “Desenvolvimento Local/Rural” foram o assunto principal em 14, 10 e 10 artigos o que representou, respectivamente, 9%, 6,5% e 6,5% do total.

“Planejamento em Gestão Pública”, “Indicadores de Sustentabilidade” e “Licitações Sustentáveis” também foram temas recorrentes (por volta de 3% do total, cada um). Para concluir os 10 temas que foram mais abordados nos artigos analisados, adicionam-se “Educação Ambiental”, “Tributação Ecológica” e “Unidade de Conservação” com quatro artigos tratando de cada um deles. Sendo assim, constatou-se a diversidade nos temas e ainda o fato de que dentro de cada assunto ainda pode haver diferentes abordagens (inclusive metodológicas) para cada pesquisa.

O gráfico 1 a seguir, ilustra o *ranking* dos assuntos mais trabalhados correlacionado os temas:

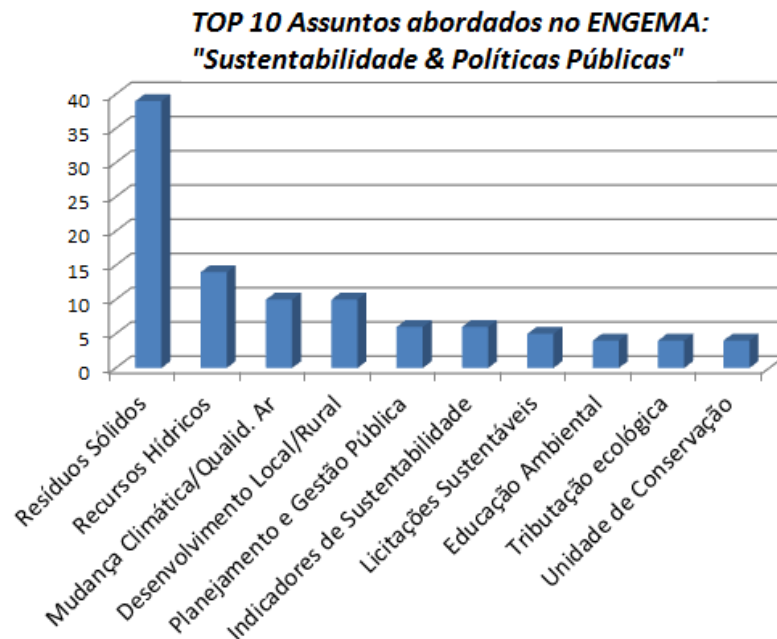


Gráfico 1: Assuntos mais vezes correlacionados com “Sustentabilidade e Políticas Públicas”

Fonte: Elaborado pelos autores

4.3 Qual dimensão da sustentabilidade foi dado foco

A Sustentabilidade, conforme abordado no item 2.1, deve ser considerada como a intersecção das dimensões econômicas, social e ambiental. A geração de valor econômico está relacionada com a obtenção de resultados financeiros, a dimensão ambiental diz respeito à preservação e ao uso sustentável dos recursos naturais e a dimensão social está atrelada responsabilidade das instituições (públicas ou privadas) pelo desenvolvimento da sociedade. Entretanto, nem todos os artigos analisados nesta pesquisa trataram da Sustentabilidade como esta mescla das três dimensões, muitos deles focaram em uma dimensão específica.

70 dos 155 trabalhos (45%) focaram na dimensão ambiental da Sustentabilidade, muitas vezes omitindo a existência do *triple bottom line*. 4 focaram na dimensão social (2,5%) e somente um (0,6%) focou no eixo econômico da Sustentabilidade. Entretanto, a maioria dos trabalhos analisados tratou a Sustentabilidade como o encontro dos três eixos. Afinal, em termos percentuais, os 80 artigos abordaram Sustentabilidade verificando ou pelo menos citando cada uma das três dimensões, representando 51% dos artigos selecionados.

4.4 Qual a Política Pública estava correlacionada com Sustentabilidade

Diversas leis municipais, estaduais e federais motivaram os pesquisadores a estudarem sua formulação e execução, relacionando-as com sustentabilidade. De âmbito municipal, exemplifica-se a lei 0566/2012 que institui o plano de gestão integrada do consórcio intermunicipal do vale do Itajaí – SC e a lei paulistana de nº 16.050/2014 que atua como uma política pública que mitiga o problema de transporte em São Paulo ao incentivar o uso da bicicleta como alternativa para mobilidade urbana (implementou ciclovias e ciclofaixas). Na esfera estadual, lista-se como política pública citada mais de uma vez, as leis que instituíram o ICMS ecológico (lei nº 11.038/97 para o estado do Rio Grande do Sul e a lei nº 12.432/03 para o Pernambuco).

As leis federais foram as mais lembradas pelos pesquisadores, as cinco mais citadas nos trabalhos publicados nos Anais do ENGEMA das edições de 2010 a 2015, em ordem decrescente, foram: 1) lei nº 12.305/10 que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos; 2) lei 6938/81 que instituiu a Política Nacional de Meio Ambiente; lei 8.666/93 que

estabelece normas gerais sobre Licitações e Contratos; 4) lei 9433/07 que instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos e 5) lei 9985/00 que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. Além destas e outras políticas federais, cabe evidenciar que também foram citados programas e projetos de âmbito global e local, como exemplo: o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e o Projeto de Apicultura do Município de Sobral.

4.5 Quantidade de Autores por artigo e quais foram os mais produtivos

Muitos autores participaram da elaboração dos trabalhos científicos analisados. 449 (quatrocentos e quarenta e nove) foi o número total de autores e co-autores dos 155 artigos que compuseram a amostra da presente pesquisa. Sendo assim, a média simples de autores por artigo fica próxima de três, 2,89 mais precisamente.

A autora que recentemente mais contribuiu para artigos no ENGEMA sobre Sustentabilidade e Políticas Públicas foi a Professora Pós Doutora em Ciências Ambientais, Amarilis Lucia Figueiredo Gallardo. Trabalhos com sua coautoria estiveram presentes em três das cinco últimas edições do encontro e somam seis artigos de estudos de caso em diferentes regiões do estado de São Paulo. Como exemplos, a pesquisa que investigou a revitalização de rios na cidade de Guarulhos e os conflitos socioambientais no Parque Tizo (unidade de conservação entre São Paulo, Osasco e Cotia) (ARCE et. al., 2012) e (SILVA et.al., 2015).

Outros autores também tiveram diversos artigos apresentados no encontro dos últimos cinco anos. As políticas públicas também foram atreladas à Sustentabilidade, por exemplo, nos trabalhos da Professora Doutora Elisete Dahmer Pfitscher em pesquisas que discutiam a implementação de mecanismos de tributação (ICMS ecológico), agenda ambiental na administração pública (A3P) ou contratações públicas sustentáveis.

4.6 Instituições de Ensino Superior

Todas as regiões do Brasil foram representadas pelas Instituições de Ensino Superior que submeteram pesquisas científicas ao ENGEMA sobre “Sustentabilidade e Políticas Públicas”. Do total de 155 artigos analisados, fizeram parte da construção autores ligados à 56 faculdades, universidades e institutos federais diferentes. As que mais produziram e tiveram seus artigos publicados nos Anais do ENGEMA, foram: 1) Universidade Nove de Julho (Uninove), com 15 trabalhos, ou seja, 9,6% do total da amostra; 2) Universidade de São Paulo (USP) com 14 artigos (9%); 3) Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) com 7 trabalhos (4,5%); 4) Universidade de Rondônia (UNIR) igualmente com 7 artigos (4,5%) e por fim, a 5) Universidade de Fortaleza (UNIFOR) com 6 trabalhos (3,8%).

4.7 Metodologia utilizada

Os estudos empíricos foram a maioria dos artigos (88) que a presente pesquisa levantou (57% do total). Os outros 43%, 67 artigos, tratam-se de estudos puramente teóricos. Sobre a natureza dos estudos analisados por esta revisão de literatura, a grande maioria (77%) foram estudos qualitativos, 120 dos 155. 21 artigos foram puramente quantitativos (14%) e somente 14 destes estudos usaram a mescla “quali-quantitativa” para fazer a análise dos dados.

A origem dos dados recolhidos foi relativamente equilibrada. 85 dos artigos analisados levantaram dados primários, o que representou 54% do total. Os estudos que se basearam em dados secundários foram 70 ao todo, representando 46%. Com relação ao meio escolhido para a coleta de dados, 89 artigos, a maior parte dos que compuseram a amostra desta pesquisa, foram análises documentais.

Entrevistas foram realizadas por 58 dos artigos selecionados (pouco mais de um terço), seguidos por questionários que foi o método adotado em 19 trabalhos. O uso de grupo focal

também foi constatado, entretanto, somente em 2 artigos. Portanto, constatou-se que a metodologia utilizada pela maioria dos artigos que tratam de Sustentabilidade e Políticas Públicas publicados nos Anais do ENGEMA das edições de 2010 a 2015 foi: pesquisa empírica qualitativa, que utilizou de análise documental mas originou dados primários em seus estudos.

A grande maioria dos artigos utilizou a forma descritiva para a tratativa dos resultados. Os trabalhos qualitativos que tiveram por base uma pesquisa documental utilizaram de “Análise de Conteúdo” e os que realizaram entrevistas semiestruturadas utilizaram a “Análise de discurso e narrativa” como procedimento de análise de dados. Não foi identificado outro tipo procedimento para a tratativa dos dados recolhidos, como inferencial ou hermenêutica, por exemplo.

5. Considerações finais

A presente pesquisa traz respostas à questão proposta uma vez que indicam quais são os temas de maior relevância para os pesquisadores que participaram do Encontro Nacional de Gestão Empresarial e Meio Ambiente (ENGEMA) nos últimos anos, bem como identificam as lacunas na literatura. Os assuntos abordados com maior frequência foram resíduos sólidos, recursos hídricos, mudança climática/qualidade do ar e desenvolvimento local/rural. Sendo assim, percebe-se que temas como Educação Ambiental ou o Planejamento na Gestão Pública foram temas pouco discutidos, o que representa uma oportunidade para o desenvolvimento de estudos futuros. Aproveitou-se o momento de discussão dos principais assuntos-chave abordados, para detalhar se na abordagem da Sustentabilidade, foi dado foco em alguma dimensão.

No segundo momento, foram evidenciados os autores e as instituições de ensino superior que mais produziram estudos científicos, dentro dos pré-requisitos que compuseram a limitação amostral. Na terceira e última etapa de análise e discussão dos resultados, foram apresentadas as características metodológicas destes trabalhos que em sua maioria, tratam-se de estudos de natureza qualitativa, empírica que coletaram dados de origem primária e secundária através principalmente, de análises documentais e entrevistas semiestruturadas. Nos anais analisados, o ENGEMA publicou trabalhos de todas as regiões do país, o que demonstra a capacidade do evento de receber e compartilhar estudos que abrangem diferentes situações socioeconômicas e políticas públicas em diferentes fases de execução.

Diante da escolha de uma amostra não probabilística, ressalta-se que os resultados da presente pesquisa são limitados e não podem ser generalizados. Entretanto, esta pesquisa contribui ao demonstrar a visão de Sustentabilidade em 155 artigos que relacionaram o tema com políticas públicas. Sugere-se que seja ampliada a revisão sistemática para periódicos nacionais e comparando sob as mesmas categorias de análise, fazer a mesma discussão com o propósito final de aumentar a capacidade cidadã de responsabilizar e pressionar os agentes mais diretamente envolvidos na manutenção da qualidade de vida.

6. Referências

- ABRAMOVAY, R. **Desigualdades e limites deveriam estar no centro da Rio+20**. Estudos Avançados, vol. 26, n. 74, p. 21-34. São Paulo: 2012.
- ALEIXO, A.D.; SATO, S.A.; OLIVEIRA, N.D.; MELO, J.V.; MEDINA, M.A.; **Políticas Públicas e meio ambiente: Um estudo exploratório sobre a destinação final dos resíduos sólidos no município de Cacoal-RO**. In: XVII Encontro Internacional sobre Gestão Empresarial e Meio Ambiente - ENGEMA, São Paulo, 2015.
- AMARAL, C. T.; MACHADO, D. G.; QUINTANA, C. G. **Gestão ambiental: produção científica divulgada em periódicos Qualis - CAPES**. In: XIII Encontro Internacional sobre Gestão Empresarial e Meio Ambiente - ENGEMA, São Paulo, 2011.

ARCE, P.A.; PENDLOSKI, C.J.S.; OLIVEIRA, R.B.; GALLARDO, A.L.C.; **Conflitos socioambientais em unidades de conservação: o caso do Parque Tizo (São Paulo)**. In: XIV Encontro Internacional sobre Gestão Empresarial e Meio Ambiente - ENGEMA, São Paulo, 2012.

BARBIERI, J. C. et al. **Inovação e Sustentabilidade: Novos Modelos e Proposições**. RAE, São Paulo, v. 50, n. 2, 2010.

CARDOSO, V.I.C.; VASCONCELOS, A.C.; PONTES, A.B.; **Estudo longitudinal da produção científica e perspectivas teóricas em administração direcionadas à Sustentabilidade**. In: XIV Encontro Internacional sobre Gestão Empresarial e Meio Ambiente – ENGEMA. São Paulo, 2012.

CRONIN, P.; RYAN, F.; COUGHLAN, M.; *Undertaking a literature review: a step-by-step approach*. British Journal of Nursing, 17(1), 38–43. 2008;

DE-LA-TORRE-UGARTE-GUANILO, M. C.; TAKAHASHI, R. T.; BERTOLOZZI, M. R. **Revisão sistemática: noções gerais**. Revista Escola de Enfermagem, 45(5), 2011.

DIAS, R. **Gestão Ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade - 2 ed.** - São Paulo: Atlas, 2011.

ELKINGTON, J. **Sustentabilidade, Canibais com Garfo e Faca**. São Paulo: M. Books do Brasil, 2012.

ELTZ, M.; **A responsabilidade compartilhada nas relações de consumo e seu papel na efetividade da logística reversa**. In: BRITO, A.C.F.M.; GUARNIERI, P. (org.). Política Nacional de Resíduos Sólidos: implicações legais e gerenciais. Ed. Trigueiro Fontes Advogados. Recife, 2013.

FALLEIRO, A.M.; ANDRADE, J.C.; GASTALDINI, M.C.; **Projetos de Energia renovável no âmbito do MDL – O caso do Brasil**. In: Anais do XV Encontro Internacional sobre Gestão Empresarial e Meio Ambiente - XV ENGEMA, 2013, São Paulo.

FONTENELLE, R.E.S.; OLIVEIRA, A.G.; MOURA, H.J.; **Avaliação de Políticas Públicas de Desenvolvimento Local: o caso do Projeto Castanhão**. In: Anais do XVI Encontro Internacional sobre Gestão Empresarial e Meio Ambiente - XVI ENGEMA, 2014, São Paulo.

GIL, A. C.; **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

GUARDABASSIO, E.V.; BONJARDIM, E.C.; PERETI, L.C.; PEREIRA, R.S.; **Gestão dos resíduos de construção civil no município de Mauá à luz da Política Nacional de Resíduos Sólidos**. In: Anais do XVI Encontro Internacional sobre Gestão Empresarial e Meio Ambiente - XVII ENGEMA, 2015, São Paulo.

KRUGER, S.D.; FREITAS, L.C.; PETRI, S.M.; PFITSCHER, E.D.; **Gestão Ambiental em Instituição de Ensino Superior: uma análise da aderência de uma Instituição de Ensino Superior Comunitária aos objetivos da agenda ambiental da Administração Pública (A3P)**. In: Anais do XIII Encontro Internacional sobre Gestão Empresarial e Meio Ambiente - ENGEMA, 2011, São Paulo.

LIMA, L.M.P.; CARVALHO, J.L.; WEINGARTNER, P.; ESTEVES, R.; **O Programa ECOatitude no Instituto Florestal – IF**. In: Anais do XII Encontro Internacional sobre Gestão Empresarial e Meio Ambiente - ENGEMA, 2010, São Paulo.

MANSUR, D.R.; **Projeto Cidade Limpa x Perigo Viário**. In: Anais do XII Encontro Internacional sobre Gestão Empresarial e Meio Ambiente - ENGEMA, 2010, São Paulo.

MATIAS-PEREIRA, J. **Curso de Administração Pública: foco nas instituições e ações governamentais** – São Paulo: Atlas, 2008.

MAY, D.; ALIGLERI, L.; DALMAS, J.C.; **Estudo dos Planos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos da cidade de Londrina**. In: Anais do XIV Encontro Internacional sobre Gestão Empresarial e Meio Ambiente - ENGEMA, 2012, São Paulo.

MONTEIRO, J.V. **Como funciona o governo: escolhas públicas na democracia representativa**. Rio de Janeiro. Editora FGV, 2007.

OLIVEIRA, F.G.C.; PFITSCHER, E.D.; CASAGRANDE, M.D.H.; **ICMS Ecológico: Análise do ICMS Ecológico no estado do Paraná.** In: Anais do XII Encontro Internacional sobre Gestão Empresarial e Meio Ambiente - ENGEMA, 2010, São Paulo.

PALUDO, A.V.; **Administração Pública.** 4.ed. São Paulo Método, 2015;

PIZA, R.M.T.; TAGUCHI, R.L. Coleta seletiva de resíduos domiciliares: um estudo de caso na cidade de Jaboticabal-SP. In: Anais do XIV Encontro Internacional sobre Gestão Empresarial e Meio Ambiente - ENGEMA, 2012, São Paulo.

REINECKE, M.; UHLMANN, V.O.; PFITSCHER, E.D.; **Contratações públicas sustentáveis: um estudo da percepção dos gestores públicos dos municípios da AMFRI – Associação dos Municípios da Região da Foz do Itajaí.** In: Anais do XIII Encontro Internacional sobre Gestão Empresarial e Meio Ambiente - ENGEMA, 2011, São Paulo.

SANTOS, L.M.P.; **Estudo de Caso da implantação da PNRS no município de Jaú-SP com foco na gestão de resíduos recicláveis.** In: XVI Encontro Internacional sobre Gestão Empresarial e Meio Ambiente – ENGEMA. São Paulo, 2015.

SANTOS, M.R.; SHIBAO, F.Y.; MOORI, R. G.; TEIXEIRA, C. E. **Logística Reversa e o meio ambiente: uma análise da produção acadêmica no período 2005-2010.** In: XIII Encontro Internacional sobre Gestão Empresarial e Meio Ambiente. São Paulo, 2011.

SECCHI, L.; **Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análises, casos práticos.** Cengage Learning: São Paulo, 2013.

SILVA, E. L.; MENEZES, E. M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação.** 4. ed. Florianópolis: UFSC/PPGEP/LED, 2005.

SOUZA, R.C.S.; GUARNIERI, P.; CERQUEIRA-STREIT, J.A.; **Capacitação de Catadores de Materiais Recicláveis: um estudo do Projeto Cataforte I.** In: Anais do XVII Encontro Internacional sobre Gestão Empresarial e Meio Ambiente - XVII ENGEMA, 2015, São Paulo.

SILVA, J.C.; GALLARDO, A.F., MENEZES, C.M.C.; MENEZES, A.; PENDLOSKI, C.S., **Revitalização de rios e gestão pública: O estudo de caso de drenagem urbana na cidade de Guarulhos (SP).** In: Anais do XVII Encontro Internacional sobre Gestão Empresarial e Meio Ambiente - XVII ENGEMA, 2015, São Paulo.

SILVA, M.E.; LIRA, W.S.; **Análise do Projeto Conta Cidadã do Programa de Eficiência Energética da ENERGISA.** In: Anais do XV Encontro Internacional sobre Gestão Empresarial e Meio Ambiente - ENGEMA, 2013, São Paulo.

SILVA, M.H.; OLIVEIRA, L.H.; **Avaliação das Políticas Públicas voltadas para a agricultura familiar e alimentação escolar que referenciam o desenvolvimento local sustentável.** In: Anais do XVI Encontro Internacional sobre Gestão Empresarial e Meio Ambiente - ENGEMA, 2014, São Paulo.

SOBRINHO, M.V.; VASCONCELLOS, A.M.A.; SOUSA, Y.M.; **Os desafios da Parceria Tri-setorial para Promoção do Desenvolvimento Local Sustentável: o caso do Programa de Produção Sustentável de Palma de Óleo no estado do Pará.** In: Anais do XIII Encontro Internacional sobre Gestão Empresarial e Meio Ambiente - ENGEMA, 2011, São Paulo.

SOUSA, A.M.R.; LIMA, A.O.; OLIVEIRA, A.G.; PEREIRA, M.F.; **Práticas de responsabilidade socioambiental: Um estudo empírico aplicado em uma comunidade do projeto Cabra Nossa de Cada Dia.** In: Anais do XIII Encontro Internacional sobre Gestão Empresarial e Meio Ambiente - ENGEMA, 2011, São Paulo.

TRAJANO, A.S.; SILVA, A.L.; SOUZA, S.M.; GONÇALVES, G.C.; BATISTA, V.M.; **Processo de elaboração do Plano Municipal de Gestão Integrada dos Resíduos Sólidos Urbanos do Município de Campina Grande-PB.** In: Anais do XVI Encontro Internacional sobre Gestão Empresarial e Meio Ambiente - ENGEMA, 2015, São Paulo.

VEIGA, J. E. **Desenvolvimento Sustentável: o desafio do século XXI.** Rio de Janeiro: Garamond, 2006.